



PLÁCIDO DE CASTRO E A INTEGRAÇÃO DO ACRE

ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
Professor

Com o objetivo de tentar apresentar uma pálida idéia do que foi a *Epopéia Acreana*, faz-se necessária uma análise prévia sob diversos aspectos desta região, situada no extremo Oeste do Brasil.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO ESTADO DO ACRE

a) Situação

É a terra brasileira mais próxima do Oceano Pacífico, do qual dista em linha direta 540 quilômetros; em contra-

partida, encontra-se a 2 220 quilômetros do Atlântico.

Entre o Acre e o Pacífico, ergue-se uma das maiores e mais altas cordilheiras do planeta: os Andes. No seu extremo Oeste, o nosso Estado atinge o último contraforte andino — a Serra de Contamana.

Tem fronteiras com a Bolívia e o Peru. A fronteira com a Bolívia inicia-se no extremo Sudeste acreano, sobe o Rio Abunã num pequeno trecho, em seguida segue até as nascentes do Rapirrã, afluente da margem esquerda do Abunã. Por uma reta, atinge o Xi-

pamano, que é o Alto-Abunã, acompanhando-o até as nascentes. Por outra reta, vai ter à nascente do Igarapé Baía, seguindo até a sua embocadura no Rio Acre. Segue este rio, até receber pela margem direita, o Igarapé Javerija, o limite da Bolívia com o Peru.

b) Área

Mede 152 589 km². É um pouco maior que o Ceará, quase três vezes o Rio Grande do Norte, e uma vez e meia Santa Catarina.

c) Relevo

Constitui uma planície ligeiramente ondulada, que se vai elevando suavemente em direção à fronteira noroeste, na Serra de Contamana ou do Divisor. É uma serra baixa, cujas cotas vão de 200 a 600 m; o trecho mais elevado acha-se entre as nascentes do Moa e as do Javari. Cerca de 84% das terras acreanas situam-se entre as cotas de 200 a 300 m; o restante entre as cotas 301 a 600 m.

A paisagem lembra bastante a antiga Zona da Mata pernambucana, também uma planície ondulada, muito pluviosa, cortada por numerosos rios e riachos, coberta outrora por uma floresta magnífica. A rápida aceleração desenvolvimentista da Amazônia, com a implantação de indústrias de transformação, poderá modificar o vergel acreano em curto espaço de tempo, à maneira da atual Zona da Mata pernambucana, se não forem empregados métodos racionais para a sua preservação.

Não encontramos aí as terras muito baixas, inundáveis, com igapós, lagos, furcs numerosos, pântanos. É um prolongamento diferente do gigantesco mundo amazônico.

d) Clima

Pela classificação de Köppen, o Acre tem clima *Am*, isto é, quente, úmido, com pequena estação seca. É um clima intermediário entre o *Af* superúmido, sem estação seca e o *Aw*, tropical úmido, com chuvas abundantes no verão e sensível seca no inverno.

Segundo os índices de pluviosidade apresentados pelas regiões de Brasiléia, Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, podemos atribuir ao Acre uma pluviosidade média anual, oscilando entre 2 500 a 3 mil milímetros. É muita chuva, embora existam regiões na Colômbia cujas médias anuais se encontram sempre acima da cota de 4 mil, 5 mil, 6 mil e 7 mil milímetros.

Como decorrência natural dessa pluviosidade elevada, temos uma umidade relativa média anual em torno de 85,6%. Estes dados, aliás os únicos disponíveis, foram obtidos nos postos de Rio Branco e em Cobija (na Bolívia), situada na bacia do Purus, perto da cidade acreana de Brasiléia, conforme constam do *Estudo Geográfico do Território do Acre*, da autoria de Antônio Teixeira Guerra, pág. 59.

A temperatura é em geral elevada durante a maior parte do ano. Pelas estatísticas do trabalho de Teixeira Guerra, observamos que em Sena Madureira a média das máximas foi de 33,0 e das mínimas de 20,0. Em Rio Branco 30,7 e 20,2. Em Cobija (na Bolívia) 29,9 e 19,5.

Constatamos uma homogeneidade térmica nessas diversas regiões, correspondendo a uma média compensada de respectivamente 24,7 para Sena Madureira, 25,3 para Rio Branco e 23,5 para Cobija.

Notamos que existe de um modo geral uma sensível variação diurna, sendo a amplitude diária muito elevada devido à forte insolação. À noite, dá-se o inverso, com uma acentuada queda de temperatura que, na época do chamado *inverno* (estação das chuvas), o qual se contrapõe ao *verão* (estação seca), atinge a mínimos termométricos de 7°,3; 7°,9 e 8°,0. É o fenômeno conhecido como *friagem*.

O Professor Dr. José Carlos Junqueira Schmidt, na 10ª Conferência do Curso de Altos Estudos Amazônicos sobre *Climatologia Amazônica* — 1º Ciclo — 1969, diz o seguinte, na pág. 20: “Sena Madureira, muito interessante. Apesar de estar numa latitude de 7 a 9 graus, creio, a temperatura cai a 5 graus, com

uma umidade relativa média anual de 97%. Acho essa medida não muito certa. Se alguém conhece Sena Madureira, gostaria de saber se lá a umidade é tão alta assim o ano inteiro. A *friagem* está bem marcada, na passagem por Sena Madureira, das massas de ar frio de origem polar." *Mato Grosso*, outra região citada na mesma página 20: "Vai-se ao cinema, com grande calor, e, quando se sai, uma friagem enorme. É a massa fria que entra, vem do sul até o Equador. Leva de dois a três dias passando."

Os Andes formam uma verdadeira barreira climática, com 6 mil metros de altitude. As massas polares deslocam-se do sul, ao longo dessa muralha natural e coadjuvadas por vários fatores, como a circulação atmosférica, a umidade permanente da hileia amazônica e da sua imensa rede potamográfica, em estado de vapor, que acarretam a formação de nuvens, as quais ascendem mecanicamente à cordilheira.

Ao descer na vertente do Pacífico, o faz já com ar seco. A cada descida de 100 metros, corresponde a 1 grau de aquecimento; é um vento dissecante. A *Corrente Fria de Humboldt*, no oceano, condensa a umidade do ar, formando garoas e nevoeiros. Não havendo vento na costa, não há precipitação atmosférica.

Temos o maior contraste climático do mundo, como bem ponderou o professor Junqueira Schmidt: no lado do Pacífico, regiões onde nunca chove; na outra vertente, a do Brasil, alta concentração de umidade, intensa e permanente pluviosidade.

e) Hidrografia

Todo o Acre faz parte da bacia amazônica; três grandes afluentes do Rio-Mar alcançam o seu território: o Juruá, o Purus e o Madeira.

O Juruá nasce em território peruano, pela junção dos Rios Yaco e Vacapista, ambos oriundos das encostas da Serra de Contamana. Penetra no Brasil, após receber o Rio Breu, pela margem direita. Atravessa o Acre, banha as Vilas de Taumaturgo e Porto Válter, a Cida-

de de Cruzeiro do Sul e penetra no Estado do Amazonas. Tem um curso total de 3 280 quilômetros; sua bacia hidrográfica é de aproximadamente 240 mil km². Embora com muitos meandros, é navegável por 3 mil quilômetros.

São muitos os seus afluentes acreanos; citaremos alguns de maior importância: o Tarauacá é o de maior bacia hidrográfica e o mais caudaloso, tem um curso de 715 quilômetros. Antes de penetrar no Amazonas, logo abaixo da confluência com o Muru, banha a Cidade de Tarauacá. O Moa é outro afluente importante, atingindo-o pela esquerda, 20 quilômetros acima de Cruzeiro do Sul. O Embira, com 512 quilômetros de curso, é navegável da foz a Feijó. O Rio Acarauá, afluente da esquerda, com uns 200 quilômetros de comprimento, nasce no Acre, unindo-se depois ao Tarauacá.

O Purus, nasce na Serra de Contamana, atravessa o Acre, banhando a Vila Manuel Urbano. Após um curso de 3 210 quilômetros, entra no Rio Amazonas. A sua largura varia de 250 a 4 mil metros e a profundidade de 10 a 50 metros. A bacia hidrográfica ocupa uma área de 400 mil km². É navegável o ano inteiro até a foz do Acre.

São muitos os seus afluentes: o Iaco tem no Brasil um curso de 564 km. O Macauã, com 300 quilômetros de curso e o Caeté, com 270 quilômetros, são afluentes do Iaco, sendo que este último possibilita a navegação do Purus à Cidade acreana de Sena Madureira. O Acre, antigo Aquiri, é o mais importante afluente; banha Cobija, na Bolívia e depois, no Brasil, Brasiléia, Xapuri, Rio Branco e Porto Acre, antiga Puerto Alonso. Em foz do Acre, reúne suas águas, às do Purus; tem um curso de aproximadamente 1 000 km.

O Abunã é um rio frnteiço com 600 km de curso e 70 metros de largura média. Após banhar no Acre a Vila Plácido de Castro, desemboca no Madeira. Tem como afluente principal o Rapirã.

Como vemos, o caudaloso Madeira tangencia as terras acreanas, não chegando a banhá-las; recebe a contribuição do Abunã.

Além desses citados, existe uma grande quantidade de rios de menor curso, mais igarapés do que rios, os quais, principalmente na época da estação chuvosa, interligam as suas bacias, proporcionando o deslocamento de embarcações para localidades somente acessíveis por terra na estação seca.

Foram estas, em linhas gerais, as características fisiográficas, (excetuando-se naturalmente os núcleos urbanos que não existiam), que as frentes pioneiras de emigrantes nordestinos, notadamente cearenses, encontraram ao se adentrarem pela sua luxuriante floresta, com diversos andares de vegetação, onde as árvores de vários portes estavam literalmente tomadas de assalto pelos arbustos, parasitas, cipós e orquídeas, formando compactos emaranhados, à procura do *ouro negro*: o *caucho* e a *seringueira*, as únicas riquezas conhecidas naqueles rincões distantes, a partir da segunda metade do século XIX.

SÍNTESE HISTÓRICA

Pré-história

Os primitivos habitantes indígenas da região acreana, pelos dados atualmente disponíveis, foram os Aruak e Panos.

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios publicou, em 1964, um catálogo dos índios brasileiros atuais, trabalho de fôlego do etnólogo José Maria da Gama Malcher, no qual a Área Cultural Indígena 2 corresponde ao Juruá-Purus, com a seguinte nota: "Região do Sudeste da Amazônia, compreendendo as bacias dos rios Juruá e Purus. Zona de floresta, com predominância de terras baixas."

Distinguem-se inúmeros grupos, tais como os Marináwa, integrados e possivelmente extintos. Pano, no Alto Envira, afluente do Tarauacá. Tukurina, contato intermitente. Aruak, no Alto Rio Purus, margem direita do Igarapé Cuchichá, afluente esquerdo do Chandless. Kanamari, integrados. Aruak entre as cabeceiras do Acre e Yaco. Kontanáwa (?) Pano, habitavam a região entre os Rios Tarauacá e o Envira.

Seriam esses, e outros grupos não mencionados, os primitivos povoadores daqueles pântanos longínquos? Ainda presentemente os estudos dessas áreas não foram devassados em toda a sua plenitude; há muito que fazer, embora Raul de la Grosserie, Karl von den Steinen, Paul Rivet e outros etnólogos tenham nos legado notáveis trabalhos sobre as nações Tupis, Cariba e Nu-Aruak, como bem asseverou João Ribeiro, na sua *História do Brasil* (pág. 54/55): "O estudo do planalto boliviano no seu declive até Mato Grosso deveria ser mais cuidadosamente feito e não seria de admirar que d'ali nos viessem revelações surpreendentes. D'esse foco étnico, se lá existiu, poderiam radicar-se todas as raças que compõem as nações tropicais, porque, é natural que elas seguissem o curso dos rios, como talvez os Tupis, ao mesmo tempo pela bacia do Amazonas e pela bacia do Paraguai, como os Nu-Aruaks pelo Amazonas superior e os Caribas que sem dúvida vieram posteriormente. A causa e impulso d'essa emigração remotíssima podia talvez achar-se ou na presença de uma civilização superior como a que ocupou o Peru e expeliu os barbaros, ou em algum formidável cataclismo não muito inverossímil na região vulcânica boliviana. A verdade é que só nessa região, que compreende as fontes das grandes bacias fluviais da América do Sul, é que se encontram vestígios simultâneos dos grandes grupos étnicos que povoam o Brasil; lá e só lá, em uma área menor, se podem circunscrever o *Tupi*, o *Cariba* e o *Nu-arauak*."

História

A fase histórica do Acre inicia-se a 7 de junho de 1494, com a *Capitulação da Partição do Mar Oceano*, isto é, o *Tratado de Tordesilhas*, a bipartição do mundo então conhecido e por conhecer entre as duas superpotências marítimas da época: Portugal e Espanha.

O Acre ficou na dependência da Província Gigante de Índias — a Gobernación do Paraguai, que se estendia do extremo Norte ao extremo Sul do con-

tinente, ao longo do meridiano de Tordesilhas.

Em 1560 foi criada a Gobernación de Santa Cruz, origem da Bolívia atual, que se estendia para o norte até o Abunã; a leste, aproximava-se do Rio Paraguai.

Em 1569, deu-se um segundo desmembramento; surgiu a Gobernación de Pizarro, origem do atual Peru.

Em 1617, houve um terceiro desmembramento, perdendo os territórios que hoje constituem a Argentina, o Uruguai, o Rio Grande do Sul e parte do Chile meridional.

O Acre permanecia, porém, sob a Gobernación de Assunción.

Com a União das Monarquias Ibéricas (1580-1640), houve uma abertura nas relações luso-espanholas e liberdade de trânsito aos naturais de ambas as nações, nos domínios coloniais sul-americanos.

Surge, na época, este tipo curioso denominado *peruleiro*, também alcunhado *luso-peruleiro*. Pedro Taques, na sua *Nobiliarquia Paulistana*, cita inúmeros paulistas e reinóis, que viviam há longos anos em várias cidades peruanas: "...chegavam ao Peru, donde traziam a prata, de que foi muito abundante a cidade de São Paulo, e nela houveram casas com copa importante no peso, mais de 40 arrobas" (pág. 245).

Foram duas as vias de penetração paulista: uma de Assunção e Santa Fé, passando por Córdoba, Buenos Aires, até a grande estrada que, galgando os Andes, seguia por Potosi e La Plata, conduzindo a Cuzco, Lima e Quito — era a via normal dos que iam se fixar por longo tempo. A outra, muito perigosa, atravessava o sertão, pelas desoladas planícies do Chaco e do Paraguai e, atingindo o altiplano, ia diretamente a La Plata e Potosi. Em 1636, o número de portugueses e paulistas compreendia metade da população branca da Cidade de Lima, que orçava por 11 500 pessoas.

A Inquisição iniciou violenta repressão antilusitana, conforme asseverou Toribio Medina; "pagaram em la ho-

guera el delito de haber-se enriquecido con su trabajo."

De 1631 a 1637, permaneceu em terras do Prata e do Peru, em contato com os poderosos burocratas espanhóis, Salvador Corrêa de Sá e Benavides que, com a sua inteligência fria, calculadora e astuta, tudo anotou sobre a estrada de Buenos Aires aos Andes: comércio com o Peru, a vinda das grossas e cobiçadas patacas de oito reais de prata, a forma de dividir e enfraquecer as forças espanholas, servindo-se dos bandeirantes, sobre a grande linha meridiana do Prata-Paraguai e a maneira de criar no Brasil uma economia de tipo *peruleiro*, baseada na indústria mineira do ouro e da prata.

A linha utópica de Tordesilhas desaparecera com a união dinástica; era o momento propício para Portugal prosseguir na sua marcha triunfal, como preconizara o vate imortal no canto sétimo dos Lusíadas: "Se mais mundo ouvera lá chegara".

Em 1628-1629, Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto destruíram as reduções indígenas do *Guairá* (atual Estado do Paraná) e, em 1636, o primeiro atacou a Província dos *Tape* (atual Estado do Rio Grande do Sul), inclusive as povoações de Castela.

Em 1637, outro bravo do porte do famoso bandeirante, o Capitão Pedro Teixeira, cumprindo decisão oficial para conter a expansão espanhola, subiu o Rio Amazonas, até Quito, e criou uma nova fronteira no interior da região.

De 1648 a 1651, a figura quase lendária do "herói de todas as distâncias" realiza a maior epopéia terrestre de que se tem notícia: atravessa o Paraguai e o Chaco Boreal, explorando a região dos Andes orientais, regressa pelo Guapaí, até a planície cruceña (Bolívia) fazendo, em seguida, o grande trajeto fluvial pelo Guapaí Mamoré—Madeira—Amazonas, até Gurupá.

Percorrera 12 mil quilômetros, dilatara muito a fronteira brasileira para o oeste, estivera próximo da região acreana, que somente seria devassada dois séculos mais tarde.

O genial Euclides da Cunha legou-nos uma página imortal sobre a personalidade de Raposo Tavares, que bem se identifica com a sua epopéia: “Antonio Raposo, por exemplo, tem um destaque admirável entre todos os conquistadores sul-americanos. O seu heroísmo é brutal, massivo, sem frinças, sem dobras, sem disfarces. Avança ininteligentemente, mecanicamente, inflexivelmente, como uma força natural, desencadeada. A diagonal de mil e quinhentas léguas que traçou de S. Paulo até ao Pacífico, cortando toda a America do Sul, por cima de rios, de chapadoes, de pantanaes, de corixas estagnadas, de dezertos, de cordilheiras, de paramos nevados e de litorais asperros, entre o espanto e as ruínas de cem tribus suplantadas, é um lance apavorante, de epopeia. Mas sente-se bem naquella ouzadia individual a concentração maravilhosa de todas as ouzadias de uma época. O bandeirante foi brutal, inexorável mas lojico. Foi o super-homem do dezerto.” (Á Margem da História, pág. 78/79 — 1909).

A 13 de janeiro de 1750, Portugal e Espanha assinaram o *Tratado de Madri*, que limitava os domínios das duas coroas ibéricas na América do Sul. A Espanha queria dominar o Prata. A chancelaria portuguesa concordou, porém orientada pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, conselheiro íntimo do Rei D. João V, exigiu que fosse adotado o princípio do *uti possidetis* e que os limites corressem pelos divisores naturais.

O artigo VIII deste Tratado tem especial importância para o Acre. Embora continuasse em terras espanholas, aquelas regiões permaneciam desconhecidas para as duas monarquias: “Baixará pelo álveo destes dois rios, já unidos, o Mamoré e o Guaporé, (portanto, o Rio Madeira) até a paragem situada em igual distância do dito rio Amazonas ou Marañon, e da bôca êste rio abaixo até a bôca ocidental do dito Mamoré; e desde aquella paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar a margem oriental do Javari que entra no rio das Amazonas ou Marañon pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do Javari,

até onde desemboca no rio das Amazonas ou Marañon, prosseguindo por êste rio abaixo até a boca ocidental do Japurá, que deságua nêle pela sua margem setentrional.”

O *Tratado de El Pardo*, de 12 de fevereiro de 1761, anulou o de Madri, mas não alterou a situação fronteiriça.

O *Tratado de Santo Ildefonso*, de 1º de outubro de 1777, nos artigos IX, X e XI, restabelecia a linha divisória do de Madri.

O *Tratado de Badajós*, de 1801, anulou o de *Santo Ildefonso*, mantendo, contudo, os limites fronteiriços.

Após a independência, procurou o Brasil resolver as questões limítrofes com os novos países sul-americanos.

A 27 de março de 1867, baseado no *uti possidetis* e no *status quo*, foi assinado com a Bolívia o *Tratado de La Paz*. No setor Madeira — Javari, estabelecia o seguinte: “Dêste rio (Beni) (na confluência com o Madeira) para Oeste, seguirá a fronteira por uma *paralela*, tirada da sua margem esquerda na latitude Sul 10º 20', até encontrar o rio Javari.”

“Se o Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma *reta*, a buscar a origem principal do dito Javari.”

Na última parte desse artigo, estava contido um grave mas involuntário erro, que muito contribuiu para a questão acreana. O rio Javari não nasce a “Oeste” da confluência do Beni com o Mamoré, ou seja, onde êste toma o nome de Madeira, a 10º 20' de latitude Sul, porém muito a noroeste do referido ponto. Seria impossível a referida “paralela” e sim uma “reta” mais aproximada da realidade.

Conforme escreveu Arthur Cezar Ferreira Reis, a vida econômica da Amazônia, depois de 1840, ainda estava baseada na exploração dos produtos naturais: a castanha, camaru, guaraná, madeiras, óleos vegetais, urucu, couros etc., as denominadas *drogas do sertão*.

Na Europa e nos Estados Unidos, a Revolução Industrial criava as usinas,

que iriam manufaturar um produto, o qual revolucionaria toda a estrutura social de então: a borracha. De onde viria esta matéria-prima? Os mercados consumidores voltaram-se para o mundo amazônico, único local do planeta onde existia o látex em quantidade preponderante para abastecê-los.

Uma outra circunstância capital, forneceria a mão-de-obra necessária para tão gigantesco empreendimento: as secas cruéis que abrasavam os sertões nordestinos.

O Relatório do Engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha, precioso manuscrito inédito, do tempo do Império, possui inúmeras passagens que são de grande importância para demonstrar o êxodo daquelas massas flageladas.

Eis algumas: "Os primeiros mezes da secca são facilmente supportados pela população devido a humidade da terra regada pelos 4 mezes de chuva; nos ultimos mezes porem, soffre a população do interior, soffre a agricultura, . . . desapparecendo a humidade do solo, com ella desaparecem, por infiltração e evaporação, as águas das lagôas e as dos rios," (pág. 1/2). "No dia 27 achava-me no Montemor (Ceará) onde presenciei um espetáculo tristissimo. Toda a população do povoado e mais a adventicia em procura d'água. . . Aquella só era encontrada a 4 kilometros de distancia do povoado em uma tosca cacimba cavada em rocha e que na occasião em que visitei a agua elevava-se apenas a altura de 0^m, 44 |" (pág. 20).

Cita inúmeros fatores que precisam ser corrigidos na população cearense do interior:

1º

"Indolência natural do povo, má vontade para o trabalho, oriundo da errônea educação que teve na secca de 77, onde foi desmoralizado pela esmola e não soccorrido com o salario.

2º

Estado de miserabilidade do povo.

3º

Necessidade de admissão de trabalhadores em numero sempre superior ao determinado pela necessidade do serviço.

4º

Falta d'água.

5º

Difficuldade do transporte.

6º

Falta de instrumentos apropriados ao trabalho.

7º

As condições climáticas, impedindo que se exija do operario todo o trabalho que elle poderia produzir, pois comumente ás duas horas da tarde a columna thermometrica eleva-se ao sol a 40º centigrados. Estes fatores, repito, são constantes e de todos conhecidos e pode-se fazer uma idéia exata do que é o trabalho de soccorro publico dizendo que não ha meio de conseguir do *operario retirante* trabalho equivalente a um metro cubico de terra diario." (pág. 24)

O Volume III, Série A, do IBGE. — Grandes Regiões Meio-Norte e Nordeste — 1962, na pág. 129, ao tratar das *secas periódicas* afirma não haver um intervalo certo na sua repetição, mostrando que, de 1808 a 1958, a variação vai de 2 a 14 anos. Diz mesmo: "A causa do fenômeno não se pode dizer que esteja identificada, conquanto existam muitas especulações a propósito."

Nas secas de 1877-78, pereceram mais de 50 mil cearenses e o êxodo foi de 50 mil *retirantes*. Seguiram-se as de 1879, 1885, 1888-1889 etc.

Essas levas humanas, provenientes de todo o Nordeste, emigraram para o gigantesco anfiteatro amazônico, as quais, à maneira de modernos gladiadores, lutavam contra um mundo vegetal agreste e semi-bárbaro e uma fauna hostil, ao lado do silvícola que o assalta e das endemias que o consomem.

A população cearense teve como pioneiros na sua arrancada para as regiões acreanas Manoel Nicolau de Melo, pernambucano, que se localizou no Lago Ayapuá, no Purus, e João Gabriel de Carvalho e Melo, o qual, a 3 de abril de 1877, atingiu o Aquyri ou Acre. A princípio, foi a extração do látex da seringueira a atividade que lhes proporcionou uma certa fixação ao local.

Com o devassamento dos vales dos grandes afluentes da margem direita do Rio-Mar e da região acreana, surgiu o *caucho*, árvore de tronco cilíndrico de folhas caducas, com aproximadamente 12 metros de altura. Para obter o látex, eram obrigados a derrubar o vegetal que, ao contrário da seringueira, não se refaz das incisões.

O *caucheiro*, como passou a ser conhecido o cearense das terras acreanas, foi obrigado a praticar o nomadismo, à procura de regiões virgens. Insensivelmente, ia dilatando as nossas fronteiras. A natureza hostil plasmou-lhe o caráter: "Arredado de qualquer convívio humano, isolado, no mato ou na rêde, torna-se mais rustico. Carrega por arma a carabina Winchester. Sem finura nem astúcia para vencer pela simulação ou pela perfídia, a coragem é o broquel que o defende. Leva tudo à bala. De repente, na extremidade de um pau que atravessa o igarapé a transpor, barrando-lhe a passagem, lobriga qualquer coisa. Afirma-se, larga a machadinha, chama a bala à agulha do rifle e distingue, sobre o rôlo de aneis, hirta, de olhos faiscantes, bôca aberta e língua em relâmpagos, uma surucucu. Faz fogo. Espatifa-lhe a cabeça. Examina as presas envenenadas do ofidio e segue, já serenado do susto, vereda a dentro, atravessando igapós, subindo terroadas, descendo escarpas, etc." (Raimundo Morais — *Na Planície Amazônica* — 2ª Edição — 1926, pág. 133/141).

A EPOPÉIA ACREANA

Em 1895, a Bolívia, pelas informações prestadas por um oficial do seu exército, José Manoel Pando, que estivera no Acre e ficara deslumbrado com

a riqueza em exploração pelos brasileiros, pleiteou a demarcação e a instalação das suas autoridades administrativas e fiscais.

A Chancelaria brasileira não opôs restrições ao pedido do governo de La Paz, pois entendia ponto pacífico a sua soberania naqueles territórios.

A 2 de janeiro de 1899, instalaram-se no Acre, na recém-fundada Vila de Puerto Alonso (depois Porto Acre), as autoridades bolivianas, chefiadas por D. José Paravicini, Ministro da Bolívia, acreditado junto ao nosso governo. Esse chanceler, ao ordenar um censo no local, verificou que nos Vales do Alto Purus e Acre não havia, nos seringais, um só boliviano; toda a população era brasileira, oriunda em sua maioria do Ceará.

D. Moisés Santivanez pôs em prática impostos e legalização das propriedades, o que causou revolta aos caucheiros, homens rudes e valentes, que resolviam as suas pendências com a Winchester ou as afiadas *peixeiras*.

A 1º de maio de 1899, tendo à frente o jovem José Carvalho, um grupo de brasileiros armados entregou um documento assinado pelo juiz de direito de Antimary, última comarca que o Amazonas possuía sobre o Vale do Purus, intimando as autoridades bolivianas a se retirarem do Acre. Não houve resistência e o Acre voltou ao domínio dos brasileiros.

A Bolívia protestou e forças regulares do seu exército penetraram em terras acreanas, para assegurar a soberania e o funcionamento normal dos serviços fiscais e administrativos.

Os acreanos não se conformaram com o retorno à situação anterior. Um aventureiro espanhol, Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Arias, que servira no consulado boliviano de Belém, sabedor de que a Bolívia, não possuindo os recursos materiais necessários para desenvolver o Acre, pensava em arrendá-lo a um grupo estrangeiro, que participaria efetivamente com capitais, técnicas e experiência adquirida em companhias similares na África e na Ásia, denunciou ao governador amazo-

nense, José Cardoso de Ramalho Júnior, o plano que estava sendo elaborado. Aceitou do mesmo a comissão de criar no Acre uma república. Contando com armas e homens do Amazonas e do Acre, os revolucionários dominam completamente o pequeno contingente boliviano.

A 14 de julho de 1899, Galvez, com a cooperação dos grandes seringalis-

tas, proclamou a independência do Acre. Fundou-se uma cidade para capital, em Empresa, acima de Puerto Alonso — a Cidade do Acre.

Foi efêmera a sua emancipação: apenas oito meses. Uma flotilha da Marinha Brasileira devolveu o Acre aos bolivianos.

Em toda a Amazônia a indignação tornou-se geral e só viviam com a



idéia de libertar o Acre. Nova tentativa realizou-se para fazê-lo retornar à comunidade brasileira: a *Expedição Floriano Peixoto* ou *dos Poetas*, como ficou mais conhecida. Eram seus chefes: o jornalista Orlando Correia Lopes, o tribuno João Barreto de Menezes, os poetas Efigênio Sales, Epaminondas

Jácome, Machado Vieira, Trajano Chacon, Francisco Gonçalves e José Maria dos Santos.

Segundo o minucioso relato de Leandro Tocantins, em novembro de 1900 no gaiola *Solimões*, foram embarcados armamentos, munições de guerra e de

boca e até um pequeno canhão, juntamente com um destacamento cedido pelo governador amazonense Silvério Néri. Após capturarem a lancha boliviana *Alonso*, carregada de material bélico, mudaram o nome para *Rui Barbosa*. Partiram para garantir o direito dos 18 mil cidadãos brasileiros, que povoaram e enriqueceram o Acre. A pequena força boliviana, destacada em Puerto Alonso, embora contasse com poucas armas, munições e mantimentos, possuía, entretanto, sólida organização militar, ao contrário da dos *Poetas*, que não tinha nem chefes nem soldados. Sendo assim, a derrota dos nossos fez-se evidente.

A 14 de julho de 1901, conforme assevera Leandro Tocantins, surgiu o contrato que criava o *Bolivian Syndicate*, o qual iria administrar e explorar as riquezas naturais do Acre, por um período de 30 anos; 60% dos lucros auferidos reverteriam para o governo boliviano e 40% para o Sindicato.

Corria o mês de junho do ano de 1902. No exercício da profissão de agrimensor, um gaúcho, com 29 anos incompletos, demarcava o seringal *Vitória*, de propriedade de José Galdino. Nas horas de lazer, lia os jornais para ficar a par dos acontecimentos. Viu, através do noticiário, o teor do contrato que arrendava o território acreano. Disse ele: "Guardei, apressado, a bussola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e saí no mesmo dia para a margem do Acre." (Plácido de Castro — *Appontamentos sobre a Revolução Acreana* — pág. 7)

Quem era esse gaúcho?

Chamava-se José Plácido de Castro. Nasceu em São Gabriel, na então Província do Rio Grande do Sul, a 12 de dezembro de 1873.

Bisneto, neto e filho de militares, o seu pendor voltava-se para a carreira das armas, assentando praça aos dezesseis anos no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, sediado na sua vila natal. Em 1893, já era cadete da Escola Militar de Porto Alegre.

Em setembro, eclodiu a Revolta da Armada, que foi o estopim para os



Plácido de Castro

pronunciamentos militares em outras unidades da Federação, notadamente o Rio Grande do Sul. A Escola Militar, de maioria florianista, publica um manifesto por quase todos assinado. Plácido negou-se pois, sendo a Escola um estabelecimento de ensino, devia ficar à margem das contendas políticas.

É transferido para o Corpo de Transporte, em Bagé. Aproveitando-se da expectativa reinante na noite de 24 de novembro, véspera do combate de Rio Negro, consegue iludir as sentinelas e apresenta-se às forças revolucionárias de Joca Tavares. Num gesto de cavalheirismo, solicita a liberdade de dois soldados, aprisionados na noite anterior, sendo um deles seu inimigo pessoal. Atinge o posto de major, pela sua bravura em vários entreveros.

Terminada a revolução, não aceitou a anistia. A 9 de julho de 1896, encontramo-lo como Guarda de 2ª Classe do Colégio Militar. Em março de 1898, foi trabalhar nas docas de Santos. Daí, atendendo à sugestão do seu conterrâneo Orlando Lopes, tempos depois seguiu para o Amazonas.

A 2 de julho de 1902, solicitado pelos chefes da nova revolução acreana, tendo à frente Rodrigo de Carvalho, aceitou o convite para chefiá-la, mas impôs condições para o bom êxito da mesma.

Pela primeira vez, o movimento iria ser feito através de um planejamento,

pois os anteriores haviam fracassado, principalmente devido à carência de uma estruturação prévia.

Plácido de Castro, além dos ensinamentos adquiridos à princípio na vida de quartel e depois na Escola Militar, tinha uma experiência no terreno de operações, durante o tempo em que lutou na Revolução Federalista, ao lado dos chefes *maragatos*.

Era o homem talhado para a ocasião.

Eis em linhas gerais o plano de Plácido de Castro:

Condições indispensáveis para o bom êxito da Revolução

1) Tudo se fará à margem de qualquer interferência do Sr. Silvério Néri, Governador do Amazonas.

2) Estabelecimento de uma junta revolucionária, a qual se dissolverá imediatamente, uma vez iniciada a revolução, ficando todos os poderes atribuídos ao chefe militar, que os senhores propõem que seja eu. A mim, pois, caberá o direito de exercer uma autonomia absoluta durante o movimento armado.

3) Fica assentado que, firmadas as condições, quem faltar aos compromissos será sumariamente passado pelas armas.

Decisões de Plácido de Castro

1) Formação da junta revolucionária, composta dos Coronéis Joaquim Vitor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho, seringalistas de maior prestígio no Alto-Acre.

2) Início da rebelião no Alto-Acre, depois de ter aceito as ponderações do Coronel Joaquim Vitor.

3) Data do movimento inicial: 6 de agosto.

4) Objetivo inicial: Xapuri.

Desde o início de junho, até a eclosão do movimento, em agosto, Plácido percorreu os seringais do Alto-Acre, fazendo um balanço dos homens com que poderia contar: os valentes *caucheros*, do armamento e munições dis-

poníveis e inclusive conscientizando aquelas populações do perigo que representava para todos a administração da região por um sindicato estrangeiro.

A REVOLUÇÃO EM MARCHA

Tomada de Xapuri

A 6 de agosto de 1902, Plácido de Castro, à frente de 33 seringueiros do Coronel Galdino, desembarca de várias canoas, às 5 horas da madrugada, e, de surpresa, captura o povoado, que ainda dormitava. Não foi dado um tiro. As autoridades bolivianas, entre as quais o Intendente Don Juan de Dios Barrientos, ficaram espantadas, pois pensavam que eram rapazes que chegavam para as festividades comemorativas da data da Independência da Bolívia, mas receberam de Plácido a confirmação: "Não é festa, Senhor Intendente. É revolução."

Às 14 horas, reuniu-se toda a população local e Plácido falou sobre o *Bolivian Syndicate*, proclamando em seguida o Estado Independente do Acre. Disse o caudilho, nos seus Apontamentos: "Foi lavrada uma ata, de que mandei extrair umas 20 cópias, que mandei distribuir rio abaixo, imediatamente enviando uma ao Governador boliviano em Puerto Acre, afim de que (pensei eu) com esta medida, se alguém fraqueasse, não pudesse recuar, visto se haver comprometido com a assinatura da acta." (pág. 15)

Derrota de Volta da Empresa

Plácido soube que para Volta da Empresa deslocava-se um batalhão do Exército Boliviano, com 180 praças, sob o comando do Coronel Rosendo Rojas, totalmente equipado.

O caudilho adoecia gravemente durante 10 dias, devido à violenta recaída da infecção palustre e ao crônico beribéri. A sua morte espalhou-se pelo Baixo-Acre. As deserções, o desânimo e as intrigas passaram a ser a tônica diária. Dizia ele: "Que situação dolorosa aquela. Os improvisados soldados começaram a se aprumar, a desobe-

diencia começou a lavar, de modo que a autoridade do chefe teve de ser mantida pela espada e pelo revólver. Poucos compreenderão o quanto tem de horrível uma situação como aquela em que me encontrei, em que cada dia que passa é um anno de existência que se nos rouba.” (pág. 18)

Tendo voltado tudo à normalidade, Plácido, com apenas 70 homens armados com Winchesters, foi atacado de surpresa pelo batalhão boliviano, na madrugada de 18 de setembro, emboscados no campo de Volta da Empresa. Dizia ele: “... recebemos em cheio a primeira descarga em pleno campo. Apesar de serem todos recrutas, a confusão não se estabeleceu entre nós... consegui estender linha, que difficilmente consegui manter devido à falta de pratica dos meus soldados, que a cada passo se agrupavam. Ainda assim o inimigo foi contido durante uma hora e cinco minutos. Extincta a munição, a derrota pronunciou-se por nós... Vinte e dous mortos deixamos no campo... O inimigo não nos perseguiu, teve as suas arranhaduras.” (pág. 23/24).

Vitória e Conquista de Volta da Empresa

As tropas de Plácido são reagrupadas rapidamente. Muitos seringueiros aderem à sua convocação. Consegue reunir 180 combatentes: “Pretendia com esta gente tentar um decidido assalto ao inimigo, que, segundo me constava, se estava entrincheirando.” (pág. 27)

Resolveu atacar Volta da Empresa, no dia 5 de outubro, sendo tomadas duas trincheiras.

“A tarde a nossa posição de sitiantes já era bem definida, mas o inimigo estava bem defendido, pois, além das vallas, ainda tinha por fora uma cerca de arame farpado, que impedia qualquer assalto.

Por nossa parte estava em franca operação o trabalho de sapa, mas só depois de 2 dias de lutas pudemos, por meio de vallas abertas em curvas reversas contra os aramados, chegar

junto das trincheiras inimigas e obrigar o Coronel Rojas a entregar-se com os seus comandados, que seriam apenas 150. Os outros, em numero de 30, haviam morrido”. (pág. 32)

No dia 15 de outubro, o Coronel Rojas rende-se a Castro, oferecendo-lhe a sua espada. O brasileiro a recusou, dizendo: “Não, Coronel. Guardai a vossa espada, pois sois um bravo!” Rojas pediu a Plácido que a aceitasse, senão como um troféu, ao menos como lembrança de amigo.

Seguiram-se vários entreveros: Telleiro, Bom Destino e Santa Rosa, todos vitoriosos em seringais dos Rios Acre e Abuña. O caudilho, à frente de 400 homens armados, fardados e disciplinados, dominava o Vale do Rio Acre, com exceção de Puerto Alonso ou Puerto Acre, onde os bolivianos iriam opor uma tenaz e obstinada resistência.

Vitória de Puerto Acre

Desde o fim de dezembro e durante toda a primeira metade de janeiro de 1903, o Navio *Independência* transportava as forças acreanas para pontos cada vez mais próximos do reduto boliviano. Era o bloqueio que se completava por terra e pelo rio. No dia 15 de janeiro, explodiu o tiroteio, violento de ambos os lados. Após cinco horas de fogo, os atacantes ocuparam posições a pouco mais de cem metros das trincheiras dos bolivianos, que lutavam com bravura. O trabalho de sapa prosseguiu. As trincheiras estavam sendo cavadas, apertando o cerco que se preparava para as próximas horas.

Os sitiantes necessitavam de material de guerra para levar a cabo a missão que lhes fora confiada: tomar Puerto Acre. Armamento custava dinheiro. O Navio *Independência* achava-se carregado com 30 toneladas de goma, da melhor qualidade. Fazia-se necessário forçar a passagem do rio para comprar as munições indispensáveis: “Os Bolivianos, plagiando Humaytá, tinham colocado uma corrente para vedar a passagem. Uma das extremidades dessa corrente, porém, estava em terreno que já havíamos con-

quistado. Entretanto, foi difficilimo cortar essa corrente.” (pág. 41).

Plácido de Castro, com uma força de 50 homens, encontrava-se na praça de armas do navio, no momento da passagem. Dizia ele: “A passagem foi feita garbosamente, debaixo de uma estrondosa salva de balas. Bello aspecto apresentavam as linhas sitiadas e sitiadas, formando duas circunferencias concentricas de fumo.” (pág. 43)

A luta prosseguiu sem tréguas de ambos os lados. Os bolivianos, cercados, resistiram com bravura, porém a situação já estava definida. Não podendo romper o cerco, a rendição era uma questão de dias.

A 24 de janeiro, a praça capitulava, sendo assinada a ata entregando Puerto Acre aos brasileiros.

O Acre tornara-se brasileiro, mas descia dos Andes um Exército Boliviano, sob o comando do General Pando, então Presidente da República.

Plácido, com 700 homens, atravessa o Abunã. Alcançou a confluência dos Rios Chipamanu ou Manuripe e Tauamanu, formadores do Rio Orton. O Exército Boliviano se encontrava na margem direita do Orton.

A essa altura, o Brasil assumira posição no conflito, posição enérgica, conforme asseverou Ferreira Reis. As armas foram depostas. Do campo da luta, passou-se para a mesa das negociações. O *Tratado de Petrópolis*, firmado a 17 de novembro de 1903, obra do grande Rio Branco, incorporava o Acre definitivamente ao Brasil.

PERFIL DE JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO

Não é difícil traçar a personalidade de um herói, quando o comparamos com outros que o precederam, quer sejam eles nacionais ou estrangeiros, pois o conceito dessa palavra transcende o seu campo limitado de ação, apontando-o como um exemplo para as gerações desta ou daquela nação, que vêm em suas atitudes as diretrizes para um comportamento futuro.

O Vencedor magnânimo — Conforme relatamos páginas atrás, a atitude de Castro com o Coronel Rojas e demais vencidos sempre foi a mesma. Dizia ele que não lutava contra os bolivianos e sim contra o Sindicato estrangeiro, o qual seria a ruína de ambos os países.

Na rendição de Puerto Acre, legou-nos o herói esta passagem que demonstra a sua imensa grandeza moral: “A força boliviana formou toda e a entrega das armas começaria pelos officiaes superiores. Disse eu a D. Lino Romero que o nosso ideal era a emancipação do Acre e que a cerimonia da entrega da espada do vencido, comquanto fosse um acto muito appetecido pelos grandes exercitos, não nos confortava o coração, porque era um acto que augmentava o infortunio daquelles já infortunados pela derrota.” (pág. 48/49).

Castro aqui se identifica com o grande Bayard, isto é, Pierre du Terrail, o *cavaleiro sem medo e sem mancha* (le chevalier sans peur et sans reproche), a antítese de Breno, o chefe gaulês que, no ano 390 a.C., a fim de retirar-se de Roma, exigiu um resgate de mil libras ouro. Como os romanos se queixassem dos métodos utilizados para pesar o ouro, atirou a espada junto aos pesos, dizendo: “*Ai dos vencidos!*” (*Vae victis*).

O Disciplinador — Para manter a ordem e a moral elevada da tropa, teve de tomar medidas extremas contra inúmeros fatores, inclusive vendo-se obrigado a mandar executar dois traidores: o Doutor e o Antônio Português. Sua autoridade de chefe era constantemente posta à prova; se não possuísse uma têmpera de aço, de há muito teria perdido o controle da situação. Eis um episódio bem elucidativo: Um dos meus remadores, um velho ébrio, disse-me pela manhã, no momento em que o mandei puxar a sirga: “Patrão, eu hoje não trabalho; é a primeira segunda-feira de Agosto e pode haver algum desastre.” Não havendo meio de convencer-o do contrário por outra forma, puxei do meu revolver e disse-lhe: “se trabalhares,

póde ser que te aconteça algum desastre, mas se não trabalhares é certo que morrerás já — e com um tiro indiquei-lhe o caminho a seguir com a sirga. O homem que parecia se achar firmemente resolvido a não andar, rompeu imediatamente em marcha, com grande espanto meu, que ainda não conhecia bem aquelle meio em que ia agir.” (pág. 10/11).

Essa atitude enquadra-se na frase do grande Osório: “É facil comandar homens livres, basta apontar-lhes o caminho do dever.”

O *Planejador* — Todas as atitudes, quer administrativas, quer nos combates em que se empenhou, eram prévia e meticulosamente elaboradas, em seguida utilizadas nos objetivos que pretendia atingir. Traçava seus planos de combate e os desenvolvia, à medida em que a situação bélica se desenrolava. Percorria permanentemente as posições avançadas, deslocando as tropas conforme a melhor conveniência: o binômio homem-terreno foi o fator preponderante dos seus sucessos militares.

Finalmente analisamos o *herói*, antecedendo talvez a curta existência terrena,

a qual iria findar-se antes de completar 35 anos. Apresentava-se serenamente em todos os locais onde mais acedões se encontravam os combates, indifferente às balas que sibilavam em torno, como aconteceu a bordo do *Independência*, ao deleitar-se, observando o espetáculo de fogo e fumo produzido pela fuzilaria incessante durante a passagem da embarcação.

É provável que pensasse como aquelle outro herói que, na planície morna de Waterloo, cercada de bosques, valas e encostas, procurava, multiplicando-se em esforços sobre-humanos, salvar da derrocada final o outrora *Invencível Exército*. O grande Ney, o filho querido da Vitória que nas páginas imortais do imenso Hugo dizia: “Venez voir comment meurt un maréchal de France sur le champ de bataille / Mais en vain; il ne mourut pas. Il criait au milieu de toute cette artillerie écrasant une poignée d’hommes: Il n’y a donc rien pour moi | Oh | je voudrais que tous ces boulets anglais me coupassent en mille morceaux | — Tu étais réservé à des balles françaises, infortuné”.

BIBLIOGRAFIA

— Gomes, Dr. Pimentel — *Economia Acreana* — 14ª Conferência — Curso de Altos Estudos Amazônicos — 3º Ciclo — 1971.

— Gomes, Dr. Pimentel — *Rumos a Economia Acreana* — XXVIII Conferência — Curso de Altos Estudos Amazônicos — 2º Ciclo — 1969.

Schmidt, Dr. José Junqueira — *Climatologia Amazônica* — 10ª Conferência — Curso de Altos Estudos Amazônicos — 2º Ciclo — 1969.

— Gomes, Dr. Pimentel — *A Economia Acreana* — 7ª Conferência — Curso de Altos Estudos Amazônicos — 3º Ciclo — 1971.

— Guerra, Antônio Teixeira — *Estudo Geográfico do Território do Acre* — Publicação nº 2 — Série A — Livros — I.B.G.E. — 1955.

Malcher, José M. Gama — *Índios* — Grau de Integração na Comunidade Nacional — Grupo Lingüístico — Localização — C.N.P.I. — Publicação nº 1 — 1964 — D.I.N.

— Ribeiro, João — *História do Brasil* — Curso Superior — 14ª Edição 1953 — Livraria S. José — Editora — Rio.

— Winz, Antônio Pimentel — *Notas Históricas sobre N. S. de Copacabana* — Anais do M.H.N. — Volume XV — 1965.

— Cunha, Euclides da — *Á Margem da História* — 5ª Edição — 1941 — Livraria Lello e Irmão — Porto.

— Vianna, Hélio — *História da Viação Brasileira* — Biblioteca Militar — Volumes CXXXIX e CXL — 1949 — Gráfica Laemmert Ltda. — Rio.

— Vianna, Hélio — *História das Fronteiras do Brasil* — Biblioteca Militar — Volumes CXXXII e CXXXIII — 1948 — Gráfica Laemmert Ltda. — Rio.

Cortesão, Jaime — *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* — Coleção Vida Brasileira — MEC — Serviço de Documentação — D.I.N. 1958.

— Cabral, Mário da Veiga — *Geografia do Brasil — Física e Humana* — 13ª Edição — Livraria Francisco Alves — 1966.

— Vianna, Hélio — *História do Brasil Colonial* — Companhia Editora Nacional — S. Paulo — 1945.

— Carvalho, Carlos Delgado de — *Geografia Regional do Brasil* — 4ª Série Ginásial — Comp. Edit. Nac. — S. Paulo — 1944.

— Soares, Lúcio de Castro — *Amazônia* — Guia de execução n° 8 — XVII Congresso Internacional de Geografia — C.N.G. — Rio — 1963.

— Cabral, Mário da Veiga — *Geografia do Brasil — Regiões Naturais* — 2ª Edição — Livraria Francisco Alves — 1965.

— Ferreira Reis, Arthur Cezar — *A Amazônia que os Portugueses Revelaram* — Co-

leção Vida Brasileira — MEC — Serviço de Documentação — 1957.

— *Geografia do Brasil — Grandes Regiões — Meio-Norte e Nordeste* — Volume III — Série A — I.B.G.E. — 1962.

— Cunha, Engenheiro Ernesto Antônio Lassurance — *Apontamentos Sobre as Seccas do Ceará* — Manuscrito da época do Império.

— Moraes, Raimundo — *Na Planície Amazônica* — 2ª Edição — 1926.

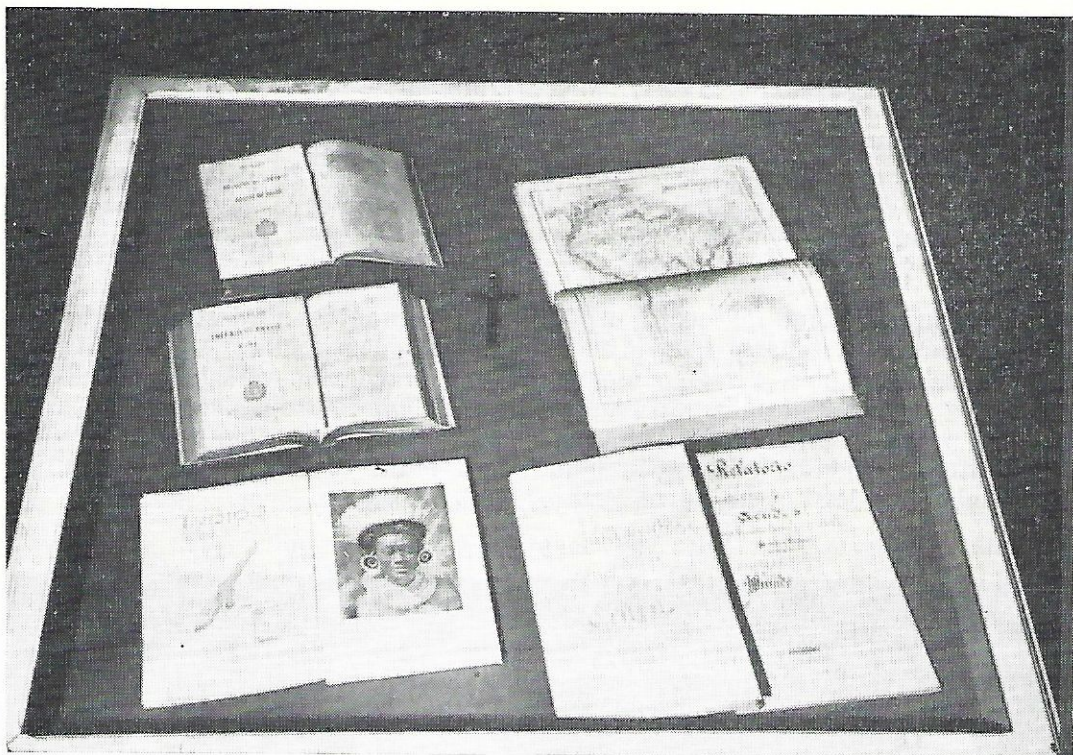
— Castro, José Plácido de — *Apontamentos sobre a Revolução Acreana* — Typ. do Jornal do Comércio — Rio — 1911.

— Araújo Lima, Cláudio de — *Plácido de Castro — Um Caudilho contra o Imperialismo* — Indústria Gráfica Brumar Ltda. Bruno Buccini Editor — Rio 3ª Edição — agosto de 1960.

ANEXO

O Serviço de Documentação Geral da Marinha organizou em dezembro de 1973, uma exposição de livros, armas, objetos e documentos ligados à vida e obra de Plácido de Castro, comemorativa do seu Centenário de nascimento.

O pequeno acervo foi distribuído em três (3) vitrines.



VITRINE I —

À esquerda, de baixo para cima:

— GAMA MALCHER, José Maria da — *Índios* — Grau de Integração na Comunidade Nacional — Grupo Lingüístico — Localização — Ministério da Agricultura — Conselho Nacional de Proteção aos Índios — Publicação nº 1 — Nova série — 1964 Rio de Janeiro — Departamento de Imprensa Nacional — 264 págs. A gravura mostra um índio *kaxináwa*.

— *Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1878* — Rio de Janeiro — Typographia Nacional — 1879 — 676 págs. Decisão nº 790 — Fazenda Em 8 de Novembro de 1878: “Recommendado todo o zelo na conferencia dos materiaes destinados ao porto de Santo Antonio, no Rio Madeira, para a estrada de ferro do Madeira e Marmoré” (pág. 590).

— *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1881* — Parte II — Tomo XLIV — Volume II — Rio de Janeiro — Typographia Nacional

— 1882 — 1427 págs. Decreto nº 8 255 de 10 de setembro de 1881: “Declara caduca a concessão feita ao Coronel George E. Church, para a construção da estrada de ferro do Madeira e Mamoré” (págs. 1057/1058).

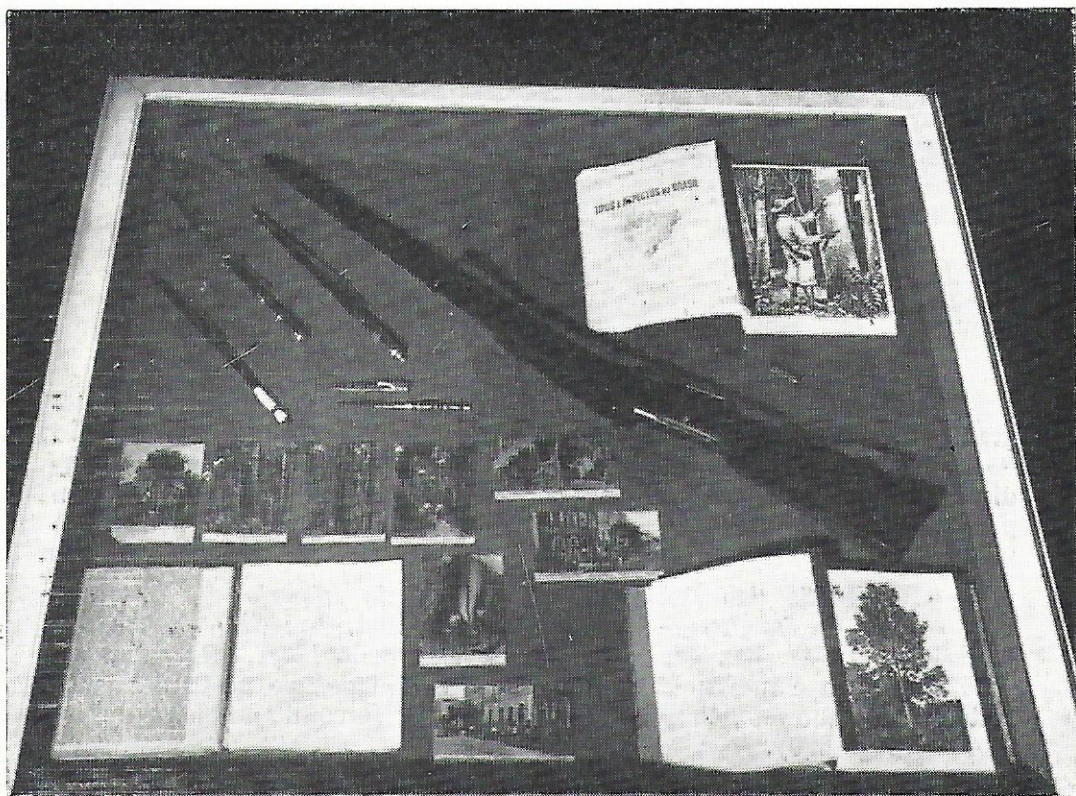
À direita, de cima para baixo:

— DELAMARCHE, Grosselin — *Atlas de Géographie Physique, Politique et Historique* — Nouvelle Edition — Paris — Librairie Géographique de Émile Bertaux — 25, Rue Serpente 25, — 1888 — 116 págs. Amérique Méridionale — Aparece a região acreana, com a denominação de Pampas e fazendo parte da Bolívia (pág. 113).

— LASSANCE CUNHA, Ernesto Antônio — *Apontamentos Sobre as Seccas do Ceará* — Relatório manuscrito pelo Engenheiro Lassance Cunha e dedicado ao Presidente da Província Conselheiro Henrique Francisco d’Ávila — S/D — Época do Império — 29 págs. Constitui um estudo sobre as obras de socorro às populações e o problema da açudagem na província.

No centro:

Cruz peitoral de cedro usada pelos Retirantes nordestinos, principalmente cearenses, que abandonando as suas regiões semi-áridas, demandavam para a região amazônica. No braço transversal, a indicação a tinta: *Retirantes Ceará*. Medidas: 13 cm X 6,5 cm. Foi trazida pelo então Capitão do Estado-Maior de Artilharia Antônio Gomes Pimentel, quando esteve executando obras militares naquela Província, de abril de 1881 a 23 de novembro 1882.



VITRINE II —

No alto, à direita:

— *Tipos e Aspectos do Brasil* — (Excertos da “Revista Brasileira de Geografia”) — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Geografia — Ilustrações de PERCY LAU — 7ª edição, aumentada — Rio de Janeiro — 1963 — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — 467 págs. Seringueiros — José Veríssimo da Costa Pereira (págs. 36/38), a gravura reproduz a operação de extração do látex.

Mais abaixo:

Rifle Winchester calibre 44 — Modelo 1892 — Conhecido vulgarmente como *clavinote*. Esta arma constituiu o principal elemento de defesa dos seringueiros, durante as suas caminhadas para a colheita do látex e foi amplamente usada durante a campanha acreana.

No alto, à esquerda:

— Faca de carnear sul-riograndense. Cabo e bainha de metal amarelo. Lâmina 16 cm, com a indicação G. Laport ECA. Rio de Janeiro.

— Faca de carnear sul-riograndense. Cabo e bainha de prata lavrada, com aplicações de ouro. Lâmina 14 cm, com a indicação: *Weyersberg Irmãos Ohligs* — *Solingen*.

— Punhal nordestino, mais conhecido como faca de ponta, parnaíba etc. nomenclatura empregada conforme o uso em cada região. Cabo de osso e metal, lâmina com 13,5 cm, bainha de couro cru.

— Punhal nordestino. Lâmina com 8,5 cm, bainha de couro cru.

— Oito Bilhetes Postais sobre a Borracha na Amazônia, feitos por G. Huebner e Amaral — Manáos — PHOTA ALLEMÃ — 1904 — 05.

N 1 — A BORRACHA NO AMAZONAS — A SERINGUEIRA
(HEVEA BRASILIENSIS) MANÁOS

N 2 — SERINGUEIRO CORTANDO

N 3 — FAZENDO OS CORTES POR MEIO DO MOITÁ

N 4 — VOLTANDO DA ESTRADA

N 5 — O DEFUMADOURO

N 6 — O DEFUMADOURO

N 7 — BENEFICIAMENTO

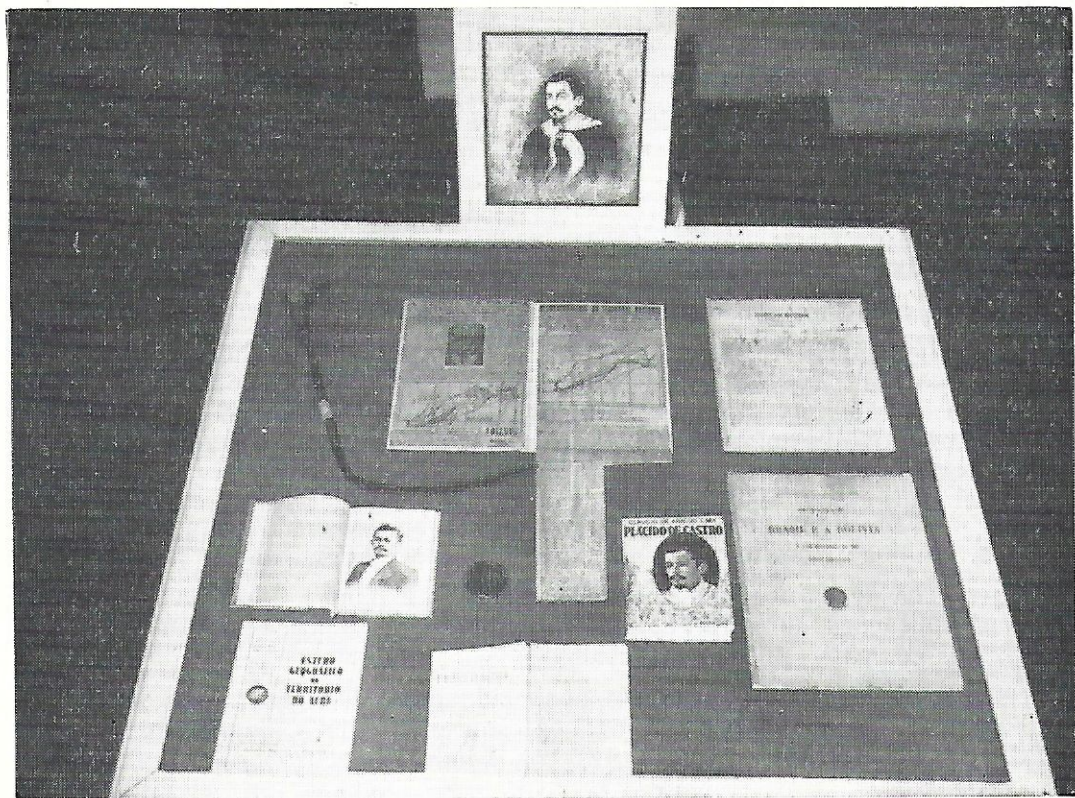
N 8 — BENEFICIAMENTO

Abaixo, à esquerda:

— ARTIGOS DA GAZETA NACIONAL — 1887 — 1888 — Coleção de diversos assuntos sobre política do Império, questões de gramática e outros variados, como: *A Borracha seu Fabrico e usos Industriais*, três págs. descrevendo como era feito na época a sua industrialização na Europa e Estados Unidos.

Abaixo, à direita:

— FERREIRA REIS, Arthur Cezar — *O Seringal e o Seringueiro* — Documentário da Vida Rural nº 5 — Brasil — Rio de Janeiro — Ministério da Agricultura — Serviço de Informação Agrícola — 1953 — 149 págs. A fotografia nos apresenta uma seringueira com aproximadamente 20 m de altura.



VITRINE III —

Sobre a mesma, um desenho a bico de pena, representando o Libertador do Acre.

No alto, à esquerda:

— Cinco (5) páginas com noticiário do jornal *Correio da Manhã*, correspondendo ao período de 1º de agosto a 12 de setembro de 1926, alusivos ao Protocolo de 18 de junho desse ano, assinado entre o Brasil e a Bolívia, o qual modificava o Protocolo de 3 de setembro de 1925. Observamos na notícia o retrato do General Pando.

— Uma chibata-punhal nordestina. O local que corresponde à bainha do estoque é feito de palha colorida trançada; o cabo é uma pata de veado do mato. Lâmina 16,5 cm.

No centro, à esquerda:

— PLÁCIDO DE CASTRO, José — *Notas Inéditas sobre a Revolução Acreana, Escriptas pelo Libertador do Acre e Conferência sobre vida e obra do heroe acreano, realisada no Theatro Municipal, a 11 de agosto de 1911, 3º anniversario de sua morte pelo Dr. Carlos de Vasconcellos — Rio de Janeiro — Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues e Co — 1911 — 120 págs. Vemos o retrato de Plácido de Castro, tirado pelo fotógrafo Bastos Dias.*

— Medalha de bronze referente à Integração do Acre.

Embaixo, à esquerda:

— TEIXEIRA GUERRA, Antônio — *Estudo Geográfico do Território do Acre. Biblioteca Geográfica Brasileira — Publicação Nº II da*

série A *Livros* — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1955 — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — 294 págs.

— CUNHA, Euclides da — *À Margem da História* — 5ª Edição — Livraria Lello e Irmão — Editores 144, Rua das Carmelitas Porto — Aillaud e Lellos, Limitada — Rua do Carmo, 80 a 84 — Lisboa — 1941 — Artes Gráficas, Rua da Carcereira — Porto — 328 págs. O capítulo sobre os “Caucheros” é de grande importância para o conhecimento da História do Acre (págs. 65/83).

No alto, à direita:

— CÂMARA DOS DEPUTADOS — Parecer — 1904 — Tratado entre o Brasil e a Bolívia (denominado “Tratado de Petrópolis”) — Nº 964 — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1904 — 15 págs.

— ARAÚJO LIMA, Cláudio de — *Plácido de Castro* — 3ª Edição — 1960.

— *Protocollos entre o Brasil e a Bolívia*, firmados a 3 de setembro de 1925 — (Edição Reservada) — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1926 — 35 págs. e 6 mapas.

NOTA: Com excessão da Medalha da Integração do Acre e do Retrato a bico de pena de Plácido de Castro, de propriedade do Serviço de Documentação Geral da Marinha, e o Rifle Winchester 44, de propriedade do General Luís Eugênio Neves, que gentilmente cedeu para a exposição, os demais objetos pertencem ao acervo particular do Professor Antônio Pimentel Winz.